

ASSEMBLEIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE GONDOMAR (S. COSME), VALBOM E JOVIM

ATA N.º 11 | 2021/2025

Sessão Ordinária de 26 de abril de 2023

Reunião de 02 de maio de 2023



--- Aos dois dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e três, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, reuniu, a Assembleia da União das Freguesias de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim para continuação da sessão ordinária de vinte e seis de abril de dois mil e vinte e três, no edifício sede da Junta de Freguesia de Valbom: -----

--- A Presidente da Mesa procedeu à verificação dos deputados presentes: -----
Carla Alexandra Nogueira Pinto Ferreira; Pedro Miguel Soares da Silva; Cátia Alexandra Rocha dos Santos Gregório; Manuel Fernando Martins Marques; José Luís Gonçalves Oliveira; Ana Sofia Cardoso Bandeira; Luis Filipe Ramos Fernandes; Pedro Miguel dos Santos Ferreira; Daniel Filipe Torres Monteiro; Raquel Susana Valente do Rêgo; Defensor de Oliveira Sousa; Manuel Pinto Alves; Joana Sofia de Sousa Figueiredo; Maria Olinda Soares Moura; Sílvio Daniel da Silva Carvalho Monteiro; Maria de Lurdes Pinto; Albertina do Carmo Félix Miranda Ferreira; José Diogo Coelho Amaral; Vitor Manuel Moreira de Castro e Marlene Sofia de Sousa Santos. -----

1

--- Verificou-se a ausência dos Senhores Deputados José Miguel Torres (PS): apresentou justificação e Deputada Alexandra Mendes (CH), que não se fez substituir, nem apresentou justificação até ao encerramento da sessão. -----

--- Confirmada a existência de quórum, a Presidente da Assembleia iniciou saudando todos os presentes e declarou reaberta a sessão quando eram 21h31. -----

--- Foi retomada a sessão com o seguinte ponto da Ordem de Trabalhos: -----

--- B – Período da Ordem do Dia -----

- 1. Discussão e Votação da ata da sessão ordinária (27.12.2022); -----
- 2. Discussão e Votação da ata da sessão extraordinária (18.01.2023); -----
- 3. Informação apresentada pelo Presidente sobre as atividades desenvolvidas; -----
- 4. Apresentação, Discussão E Votação da 1ª alteração ao Mapa de Pessoal para 2023; -----
- 5. Apreciação, Discussão e Votação da Conta de Gerência do ano de 2022; -----
- 6. Apreciação, Discussão e Votação do Inventário Bens do ano 2022; -----
- 7. Apreciação e votação do projeto à alteração do artigo 8.º (Cemitérios) do Regulamento da Tabela Geral de Taxas e Licenças – Anexo I, Secção II, cemitérios, Concessão de jazigos e Jazigos Capela; -----

ASSEMBLEIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE GANDOMAR (S. COSME), VALBOM E JOVIM

----- 8. Informação da atribuição de regime de meio tempo a membros da junta no exercício das suas funções -----

--- Antes de dar início à ordem de trabalhos a Presidente da Mesa lamentou a forma como terminou a sessão anterior, dizendo que comportamentos como os apresentados na referida sessão não podem ser tolerados. Incentivou a que todos os presentes cumprissem as regras definidas no Regimento por forma a que todos possam intervir nas Assembleias de Freguesia. -----

----- 1. Discussão e Votação da ata da sessão ordinária (27.12.2022); -----

--- Nos termos do n.º 3, do artigo 34.º, do Decreto-Lei N.º 4 /2015 de 7 de janeiro (Código de Procedimento Administrativo), não participaram na votação por não terem estado presentes na sessão a que respeita a ata em votação, os Deputados: Joana Figueiredo (PS); Raquel Rêgo (PS); Olinda Moura (CDU); Alexandra Mendes (CH) e Marlene Santos (BE). -----

--- Colocada a votação a ata foi aprovada por unanimidade. -----

----- 2. Discussão e Votação da ata da sessão extraordinária (18.01.2023); -----

--- Nos termos do n.º 3, do artigo 34.º, do Decreto-Lei N.º 4 /2015 de 7 de janeiro (Código de Procedimento Administrativo), não participaram na votação por não terem estado presentes na sessão a que respeita a ata em votação, os Deputados: Joana Figueiredo (PS) e Pedro Ferreira (BE). -----

--- Colocada a votação a ata foi aprovada por unanimidade. -----

--- Neste momento o Deputado Manuel Pinto Alves (CDS-PP) deu entrada na sala, não tendo estado presente para a votação dos pontos 1 e 2 da Ordem do Dia. -----

----- 3 – Informação apresentada pelo Presidente sobre atividades desenvolvidas; -----

--- Neste ponto registaram-se as inscrições dos Deputados Cátia Rocha Santos (PPD/PSD), Olinda Moura (CDU) e Diogo Amaral (IL). -----

--- Cátia Rocha Santos (PPD/PSD) - Fez uma resenha das duplicações existentes no ponto dois (2. Área de Obras e Ambiente) do documento em discussão. Questiona se as intervenções registadas são no mesmo número de vezes que aparecem ou se se tratou de um erro de execução e transcrição. Em simultâneo sugere que este documento seja realizado em Excel, com aplicação dos respetivos filtros para deteção de repetições e a colocação de colunas para o n.º de intervenções, bem como a divulgação deste tipo de informação por freguesia. Estas sugestões deveriam aplicar-se, igualmente, na elaboração e partilha da informação quanto à varredura, pois é quase impossível a análise do que vem no documento. Tem de haver mais rigor na elaboração de um documento como este que serve para a Assembleia de Freguesia e os Deputados poderem fiscalizar a atividade do Executivo. -----

--- Olinda Moura (CDU) - Disse que tal como já referido nesta Assembleia de Freguesia é necessário um maior rigor e cuidado na elaboração dos documentos que são remetidos para análise, discussão e votação. Referiu, igualmente, que nada tem contra as cedências feitas à PSP no sentido de melhorar as condições de trabalho dos agentes que nelas prestam serviço, mas essa preocupação e obrigação

ASSEMBLEIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE GONDOMAR (S. COSME), VALBOM E JOVIM

deverá ser do Ministério da Administração Interna. Questionou o Senhor Presidente sobre a verba de despesa de capital. Referiu que quer confiar nos documentos que são apresentados, mas a falta de rigor não lhe permite ter tal confiança. -----

--- Diogo Amaral (IL) - Disse concordar com o referido pela Deputada Cátia Rocha Santos (PPD/PSD) e que a informação trimestral, sobre as atividades do Presidente, deveria ser apresentada por Freguesia. No que diz respeito às pinturas rodoviárias referiu não fazer sentido andar-se a pintar as ruas se não se procede, previamente, a uma requalificação da via, dando como exemplo a Rua Professor Camilo de Oliveira. Quanto à Rua do Patacho referiu que vai ocorrer uma prova nacional de canoagem na Praia de Marecos e esta rua não está em condições de receber todos quantos se irão ali deslocar para assistir à sobredita prova. Relembra o esforço que o Clube Náutico de Marecos tem realizado, atraindo inúmeras pessoas para as provas que realizam na freguesia. Sabe que qualquer intervenção a realizar naquela rua não irá a tempo de dar boa imagem aos que visitarem a freguesia, mas que a União de Freguesias e o seu Presidente devem continuar a insistir junto da Câmara Municipal de Gondomar pela melhoria e requalificação daquela via. -----

--- Findas as intervenções dos deputados inscritos foi pela Presidente da Mesa dada palavra ao Presidente do Executivo. -----

--- Presidente do Executivo - Disse que, anteriormente, antes dos seus mandatos, o documento sobre as atividades do presidente não era discutido. Era apresentado, mas não havia oportunidade nem lugar a discussão, que o seu mandato trouxe um acréscimo de democracia. Quantos aos erros apontados pela Deputada Cátia Rocha Santos (PPD/PSD), assume os mesmos, mas refere que se quiserem ajudar o Executivo podem é alertar com antecedência. Disse que vai sugerir à Presidente da mesa, uma reunião de líderes. -----

--- Aceita como boa a sugestão do Deputado Diogo Amaral (IL), no sentido de se colocar a calendarização das intervenções, acrescentando que no documento não há duplicação, as vezes que aparece uma determinada rua é o número de intervenções que aquela rua sofreu. -----

--- Relativamente às ervas diz que existe empenho e eficácia na resolução e que vai andando pelo país e que não há quem esteja melhor. -----

--- Quanto à falta de rigor aludida pela Deputada Olinda Moura refere que cada um tem a sua forma de apresentar, não vê as coisas como falta de rigor, mas refere que mesmo assim vai tentar melhorar. -----

--- No que diz respeito à Rua Professor Camilo de Oliveira, diz que está em estado bastante degradado, mas a intervenção de fundo terá de ser realizada pela Câmara Municipal de Gondomar. Esta entidade pediu a lista de prioridades, uma vez que vai proceder a trabalhos na rede viária do Concelho e o material que vai ter para a intervenção programada não chega para todas as necessidades. Teve de priorizar algumas vias, mas infelizmente esta não foi uma delas. -----

--- Relativamente à PSP referiu que para que se pudesse ter a PSP em Valbom, há acerca de 20 anos foi



ASSEMBLEIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE GONDOMAR (S. COSME), VALBOM E JOVIM

assinado um protocolo, onde consta que a PSP ocuparia parte do edifício da junta e a junta assumiria as despesas da água, luz, limpeza, reparações, etc. Quanto à PSP em São Cosme diz que vai continuar a fazer as reparações que estão ao alcance da junta no sentido de dar dignidade a quem lá trabalha independentemente de quem é o responsável por essas obras. -----

--- Olinda Moura (CDU) - Pediu a palavra para exercer o direito de resposta sendo que o mesmo foi negado pela Presidente da Mesa tendo aquela Deputada requerido que ao abrigo do Regimento em vigor lhe fosse dada a palavra para exercer o direito de resposta uma vez que o Presidente do Executivo tinha dito que ela disse o que não disse. -----

--- A Presidente da Mesa referiu que não sendo um documento que estaria em discussão não iria dar a possibilidade à Deputada de usar do direito de resposta. A Deputada Olinda Moura (CDU) expressou o seu desagrado com a posição da Presidente da Mesa dizendo que não é esta a democracia em que gostaria de viver. -----

--- Por forma a dar por terminada a discussão a Presidente da Mesa decidiu deixar à consideração da Assembleia o uso da palavra por parte da Deputada Olinda Moura (CDU) para efeitos de direito de resposta, o que foi aceite. -----

----- 4. Apresentação, Discussão E Votação da 1ª alteração ao Mapa de Pessoal para 2023; -----

--- Presidente do Executivo - Usou da palavra e explicou este ponto dizendo que pretende autorização para admitir mais quatro (4) funcionários, mas que no imediato só vai abrir concurso para dois. Pretende fazer contratações com calma para ir apurando as verdadeiras necessidades da Junta. Pretende diminuir a precariedade nos quadros da Junta e como tal extinguir alguns postos de trabalho que tem contrato a prazo e passá-los para contratos por tempo indeterminado. Referiu que em setembro/outubro trará novo pedido à Assembleia de Freguesia para que se faça essa mesma alteração. -----

--- Abertas as intervenções, inscreveram-se os Deputados José Luís Gonçalves (PPD/PSD); Luís Fernandes (CDU) e Olinda Moura (CDU). -----

--- José Luís Gonçalves (PPD/PSD) - Disse não perceber o que estaria em discussão pois os números não batem certo. Afinal esta alteração é para quê? Quantos trabalhadores é que a Junta tem? Quantos trabalhadores é que o Executivo quer contratar? Sempre que vem a discussão o mapa de pessoal é sempre a mesma discussão. Quadro apresentado não é claro, as explicações escritas e orais nada explicam e ninguém sabe o que está em discussão. -----

--- Luís Fernandes (CDU) - Disse fazer suas as palavras do deputado do PPD/PSD, uma vez que o quadro apresentado é de difícil interpretação e compreensão. Questiona porque é que vai contratar alguém para o apoio autárquico quando tem nos quadros um funcionário com contrato precário. Questiona, igualmente, porque é que não se dá continuidade ao emprego apoiado e se estes funcionários só servem para a junta ter funcionários com salários mais acessíveis. -----

ASSEMBLEIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE GANDOMAR (S. COSME), VALBOM E JOVIM

--- Olinda Moura (CDU) - Disse que a explicação do Presidente do Executivo lhe levantou mais dúvidas. Então dos trezes (13) funcionários a contratar só vai abrir contrato para dois (2)? Apela ao fim da precariedade. Refere que hoje o quadro de pessoal tem de ficar clarificado pois o que consta no quadro não fica claro nem é condizente com o que o Presidente transmitiu, tendo ficado ainda mais baralhada com a explicação. -----

--- Presidente do Executivo - Respondeu às dúvidas que os deputados colocaram, dizendo que acredita que a fundamentação apresentada não esteja explícita concordando com o Deputado José Luís Gonçalves (PPD/PSD). -----

--- Quanto ao referido pelo Deputado Luís Fernandes (CDU) esclarece que os funcionários com emprego apoiado recebem exatamente o mesmo que os demais funcionários, contudo o que acontece é que a junta paga menos, pois o IEFP suporta o restante valor. Esclarece que os colaboradores que estão ao abrigo do emprego apoiado, anteriormente não tinham trabalho e os contratos que eram celebrados eram de apenas um ano, agora os contratos começam com uma duração de dois anos e podem ir até dezasseis anos. Quanto às dúvidas sobre o número de funcionários a contratar refere que para a secção de Higiene e Limpeza serão necessários quatro funcionários, mas neste momento a Junta só irá proceder à contratação de dois, por forma a verificar se conseguem pagar todos os salários. Concorda que é necessária mais estabilidade para os trabalhadores e por isso primeiro vão tentar que quem está a prazo seja admitido no concurso para só depois se extinguir os contratos a termo. -----

--- VOTAÇÃO - Aprovado por maioria, com treze (13) votos a favor (9 PS; 2 CDU e 2 BE) e sete (7) abstenções (5 PPD/PSD; 1 CDS-PP e 1 IL). -----

--- Foram apresentadas declarações de voto pelo PPD/PSD e pela CDU. -----

----- 5. Apreciação, Discussão e Votação da Conta de Gerência do ano de 2022; -----

--- Abertas as intervenções, inscreveram-se os Deputados Pedro Ferreira (BE); José Luís Gonçalves (PPD/PSD) e Olinda Moura (CDU). -----

--- Pedro Ferreira (BE) - Referiu que o orçamento apresentado não é do BE, mas contem muitas das propostas apresentadas pelo BE. Contudo não pode deixar de referir que muito do que foi orçamentado não foi feito. Insta o Executivo a um maior cumprimento do plano e do orçamento.

--- José Luís Gonçalves (PPD/PSD) - Disse que a conta de gerência do ano de 2022 vem dar razão ao PPD/PSD aquando da discussão do orçamento, uma vez que o investimento é zero e o orçamento só se destina à despesa corrente. A Junta vive de transferências da Câmara Municipal de Gondomar, se a torneira fechar vamos ter um problema com os trabalhadores, pois não vamos ter como lhes pagar o salário. Assusta-nos olhar para o relatório das contas e verificar que do € 1.700.000,00 que constam das contas, € 1.490.000,00 vieram transferidos da Câmara Municipal de Gondomar. Quase a totalidade do valor da despesa está afeta às despesas correntes, nomeadamente com pessoal, e quase nada é afeto a despesas com investimento. Salienta que é, também, assustador a falta de execução do que foi

ASSEMBLEIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE GONDOMAR (S. COSME), VALBOM E JOVIM

previsto e não se alcança como é possível terem sobrado € 90.000,00, logo é demonstrativo de que alguma coisa não foi feita. -----

--- Olinda Moura (CDU) - Disse que o investimento traz receitas, desenvolvimento e progresso. Tem de haver uma maior exigência e rigor para se fazer e haver quem faça. Diz que esta conta de gerência transmite uma visão pobrezinha. Não tem visão de futuro. -----

--- Diogo Amaral (IL) - Pediu que os Deputados presentes tenham a noção que foram todos os presentes que aprovaram o orçamento e as transferências de competências. O orçamento é curto para tanta coisa, mas ao aprovarmos as transferências de competências ainda mais curto se torna. -----

--- Presidente do Executivo - Disse que não deve haver no país muitas juntas ou câmaras que tenham um grau de execução tão ou mais elevado que a nossa, seja no lado da receita, seja no lado da execução. No que diz respeito aos € 90.000,00 que ficaram na conta no final, tem de salientar que, pela primeira vez, antes do final de 2022 pagaram a todos os fornecedores e que desse valor, € 36.000,00 estão cativos no Montepio por força da herança do Sr. Aguiar e outra parte é valor dos impostos e encargos que retiveram aos trabalhadores e que têm de ser entregues ao Estado. -----

--- Relativamente à execução orçamental diz que o primeiro trimestre de 2023 está significativamente melhor do que a do ano passado tendo em consideração que a universidade sénior, no ano passado, funcionou a meio gás, acrescentou que quanto à receita têm sido criativos, mas só podem criar receita dentro dos limites da lei. -----

--- Admite que a visão do Executivo é diferente da visão da Deputada Olinda Moura (CDU) e da força política que representa, defende que o caminho não é a exigência, mas a sensibilização das instâncias superiores no caminho de se trazer mais riqueza para o espaço da União de Freguesias. Enumerou algumas obras e benefícios conseguidos através da sensibilização. -----

--- VOTAÇÃO: Aprovado por maioria, com nove (9) votos a favor do PS, nove (9) abstenções (5 PPD/PSD; 1 CDS-PP; 2 BE e 1 IL) e dois (2) votos contra da CDU. -----

--- Foi apresentada declaração de voto pela CDU. -----

----- 6. Apreciação, Discussão e Votação do Inventário Bens do ano 2022; -----

--- José Luís Gonçalves (PPD/PSD) - Disse que o Senhor Presidente do Executivo já havia falado na herança do Sr. Aguiar, mas será este o momento e ponto da ordem de trabalhos certos para tal pronúncia. Lamenta a demora na resolução e no desconhecimento de boa parte do que está em causa, tendo por boas as palavras do Senhor Presidente, mas a verdade é que com tanta demora qualquer dia não está lá nada tendo em consideração as comissões bancárias e demais encargos. Apela ao rápido tratamento desta questão, dizendo que por tais motivos o PPD/PSD se irá abster nesta votação. -----

--- VOTAÇÃO: Aprovada por maioria, com catorze (14) votos a favor (9 PS, 2 CDU, 2 BE e 1 IL) e seis (6) abstenções (5 PPD/PSD e 1 CDS-PP). -----



ASSEMBLEIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE GANDOMAR (S. COSME), VALBOM E JOVIM

----- 7. Apreciação e votação do projeto à alteração do artigo 8.º (Cemitérios) do Regulamento da Tabela Geral de Taxas e Licenças – Anexo I, Secção II, cemitérios, Concessão de jazigos e Jazigos Capela; -----

--- Neste ponto inscreveram-se os deputados Diogo Amaral (IL), Pedro Ferreira (BE), Luís Fernandes (CDU) e José Luís Gonçalves (PPD/PSD). -----

--- Diogo Amaral (IL) – Disse que é posição da força política que representa, que o aumento destas taxas será necessário, tendo em conta a inflação bem como o aumento do valor relativo de mão-de-obra e materiais. No entanto vai se abster porque a IL não concorda totalmente com o documento apresentado pois não se percebe, na totalidade, como foram alcançados os valores aqui propostos e, neste momento, o valor do aumento seria pouco significativo. -----

--- Pedro Ferreira (BE) – Disse que o Bloco de Esquerda vai votar contra este ponto por considerar não ser necessário este aumento uma vez que penaliza consideravelmente os cidadãos que recorrem a este serviço. -----

--- Luis Fernandes (CDU) - Disse que a CDU tem dúvidas quanto ao documento apresentado. Refere terem ficado com dúvidas sobre se o documento a votação será só aplicado ao cemitério de Jovim ou aos três cemitérios da União de Freguesias, uma vez que da leitura do documento não se alcança, com clareza, a resposta a esta dúvida. Outra questão é quanto à consulta pública à população que é referida no sobredito documento. A CDU gostaria de saber se essa consulta pública foi realizada e se sim qual o resultado dessa consulta pois não vem anexada ao documento em causa. Disse que a posição da CDU será a abstenção uma vez que são da opinião que esta, ou qualquer outra União de Freguesias, não se deverá colocar no papel de empreiteiro e deverá limitar-se à concessão do espaço, deixando as demais obras à responsabilidade adquirente, tal qual já acontece nos cemitérios de São Cosme e de Valbom. ---

--- Terminou dizendo que a visão da CDU é que o Executivo da União de Freguesias deveria exigir que a Câmara Municipal de Gondomar instalasse um crematório na freguesia, uma vez que Gondomar é dos concelhos que mais utiliza este serviço, que se encontra sediado noutros concelhos, deve ser tido em conta o aumento exponencial de procura de tal serviço por parte da população, bem como para não falar nas questões ambientais e de saúde pública. -----

--- José Luís Gonçalves (PPD/PSD) - Concordou com a proposta da CDU para criação de um crematório no espaço da União de Freguesias, acrescentado que é uma das boas sugestões que permite que se criem receitas, uma vez que a competência e atribuição da gestão dos cemitérios bem como deste tipo de equipamentos é das Juntas de Freguesia e se este tipo de equipamentos dá lucro aos privados, com toda a certeza também dará dinheiro ao Estado desde que a gestão seja bem-feita. Quanto ao ponto em discussão tem de voltar a dizer o mesmo, mais uma vez há alguma confusão nos documentos que são apresentados. A proposta refere apenas e só a alteração do artigo 8.º, mas a verdade é que no documento remetido propõe-se que a Assembleia de Freguesias, delibere pela não comercialização

ASSEMBLEIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE GONDOMAR (S. COSME), VALBOM E JOVIM

dos jazigos capela. Primeiro se os jazigos capela têm valor na tabela abaixo, obviamente tem de ser vendidos e segundo não constitui competência da Assembleia de Freguesia deliberar pela não venda deste tipo de equipamento, é um ato próprio do executivo, é um ato de administração do património. -
--- Acresce que por definição a taxa, ao contrário do imposto, tem que obrigatoriamente refletir o custo de determinado serviço que o Estado presta, mas aqui não sabemos se os valores são ou não reflexo do serviço. Fala-se em consulta a empreiteiros e respetivos orçamentos, mas não os conhecemos, logo não sabemos se os valores estão a ser calculados de acordo com o aumento. Fala-se, igualmente, em consulta pública, presumimos que tenham sido seguidos todos os procedimentos legais para o efeito, mas não sabemos o resultado da mesma. Face a tais incongruências o PPD/PSD não poderá votar favoravelmente estas questões, pelo que se irá abster. -----

--- **Presidente do Executivo** - Esclareceu as dúvidas dos deputados dizendo que da consulta pública realizada não surgiu qualquer sugestão, mas que todos os procedimentos legais foram cumpridos. Quanto à alteração em questão efetivamente aplica-se apenas ao cemitério de Jovim. -----

--- Quanto às capelas, de momento, não tem nenhuma, mas também não existe procura para as mesmas, contudo se surgirem interessados depois analisarão a questão. -----

--- Refere que não estão nem irão proceder à venda face ao valor em vigor ser antigo e que só voltam a ponderar a venda após aprovação da alteração ao regulamento. -----

--- **VOTAÇÃO: Aprovado por maioria**, com nove (9) votos a favor do PS, nove (9) abstenções (5 PPD/PSD; 1 CDS-PP; 2 CDU e 1 IL) e dois (2) votos contra (2 BE). -----

--- Foram apresentadas declarações de voto pela IL, BE, PPD/PSD e pela CDU. -----

----- **8. Informação da atribuição de regime de meio tempo a membros da junta no exercício das suas funções** -----

--- **Presidente do Executivo** – Procedeu à apresentação deste ponto tendo dito que o Presidente do Executivo se aposentou e optou pelo valor da reforma. O membro do executivo que estava a tempo inteiro que era pago pelo orçamento geral do Estado e existia outro membro do Executivo a meio tempo pago orçamento da junta. Disse que, com esta alteração, ficam com três membro do Executivo a meio tempo, sendo que o encargo para a Junta é menor porque a Junta ficou sem a despesa com a Segurança Social e sem o valor referente às despesas de representação. Feitas as contas o valor a suportar pela Junta diminuiu. -----

--- Inscreveram-se para usar da palavra a Deputada Olinda Mora (CDU) e o Deputado José Luís Gonçalves (PPD/PSD) e Pedro Miguel Silva (PPD/PSD). -----

--- **Olinda Moura (CDU)** – Questionou o Presidente do Executivo, que antes era o Presidente a tempo inteiro e era o Orçamento de Estado que pagava e o meio tempo era pago pelo orçamento da Junta. Agora os três meios tempos são pagos pelo Orçamento de Estado ou pelo orçamento da Junta? Sendo pagos pelo orçamento do Estado a Junta tem essa receita, isto é, € 956,00 × 3? -----



ASSEMBLEIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE GANDOMAR (S. COSME), VALBOM E JOVIM

--- José Luís Gonçalves (PPD/PSD) - Disse que a fazer fé nos documentos anexos para justificar esta posição não foi o Executivo que tomou esta decisão, mas sim o Presidente que tomou a decisão e a comunicou ao Executivo. Se bem percebeu as explicações, o Presidente estaria a tempo inteiro e era pago pelo Orçamento de Estado e depois tínhamos um membro do Executivo a meio tempo pago pelo orçamento da Junta. Agora temos três membros do Executivo e todos pagos pelo Orçamento de Estado. Ora, pela primeira vez temos um presidente a part-time. Pela primeira vez teremos um Presidente a meio tempo nesta União de Freguesias, tanto na atual configuração como quando as freguesias estavam separadas, pelo menos em Valbom e São Cosme. A verdade é que estando o Presidente a meio tempo só precisará desempenhar as suas funções a meio tempo, contudo vamos acreditar na boa vontade do Senhor Presidente que irá trabalhar a tempo inteiro tendo em consideração o volume de trabalho existente. Se a ideia de ter três membros do executivo a meio tempo, é possibilitar que cada um esteja numa das juntas será uma decisão de louvar, mas se forem para estar os três amontoados em São Cosme, não fará qualquer sentido. É a demonstração de que não faz sentido a União de Freguesias. Não se alcança o que se ganha em ter três membros a meio tempo, ao invés de ter um Presidente a tempo inteiro e alguém a apoiar. -----

--- Pedro Miguel Silva (PPD/PSD) - Decidiu intervir neste ponto porque considerou ser o mais abrangente, tendo em conta que há uma interligação entre todo o funcionamento da União de Freguesias e três meios tempos. Se até agora o Senhor Presidente do Executivo estava a tempo inteiro e não conseguia reivindicar mais e melhor investimento para a União de Freguesias, agora em regime de part-time teme que seja ainda pior. Diz acreditar que a atribuição ao Senhor Tesoureiro seja meritória pois acredita que o sucesso financeiro da gestão da Junta se deve a ele. -----

---Tal como já foi dito em anteriores Assembleias, acredita que a maioria da obra realizada nesta União se deve à visão que o Presidente da Câmara tem para o Município e não à visão ou opinião que o Presidente do Executivo possa ter ou exercer junto da Câmara Municipal. -----

--- Pede que o Presidente do Executivo reveja a sua visão para os dois anos de mandato que faltam e que não se limite ao part-time. Tem esperança de que o Presidente do Executivo mude a visão que tem para a União, para o bem de todos os valboenses, jovinenses e habitantes de São Cosme, pois a esperança é a última a morrer. -----

--- Lamenta a postura arrogante e prepotente do Presidente do Executivo quando diz que foi ele que ganhou as eleições, teve mais votos, agora aguentem. Discorda do Presidente do Executivo pois entende que quem ganhou as eleições, primeiro foi o Governo e depois foi o Presidente da Câmara Municipal de Gondomar, contudo e voltando à esperança, tem esperança que o Presidente do Executivo faça mais e melhor para São Cosme, Valbom e Jovim. -----

--- Presidente do Executivo - Disse que apenas iria responder às questões colocadas pela Deputada Olinda Moura (CDU) pois foi a única que apresentou dúvidas, as restantes intervenções eram a partilha



ASSEMBLEIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE GONDOMAR (S. COSME), VALBOM E JOVIM

de opiniões. Assim, respondeu afirmativamente dizendo que face a uma alteração legislativa ocorrida no início do ano, os três meios tempos eram suportados pelo Orçamento Geral do Estado e como tal os € 956,00 × 3 seriam uma receita que a Junta teria e não um encargo. Aproveitou, dado tratar-se do último ponto da ordem de trabalhos para, em nome do Executivo, lamentar o atraso no envio dos documentos e fará chegar à Assembleia um relatório de todos os esforços que fizeram no sentido de fazer chegar os documentos aos Deputados dentro do prazo regimentalmente definido. -----

--- Esgotada a Ordem de Trabalhos, foi lida a minuta da ata, que colocada a votação, foi aprovada por unanimidade. -----

--- A sessão foi encerrada eram vinte e três horas e cinquenta e seis minutos. -----

A PRESIDENTE DA MESA



O PRIMEIRO SECRETÁRIO



A SEGUNDA-SECRETÁRIA

